



ISSN 1984-5634

## NO CENTRO DA NARRATIVA, MULHERES NEGRAS AGENCIANDO A EXISTÊNCIA DA IDENTIDADE NEGRA AO SUL DO SUL NO PÓS-ABOLIÇÃO

*At the center of the narrative, black women managing the existence of black identity in the south of the South in the post-Abolition period*

**JACILENE AGUIAR SILVA<sup>1</sup>**

### RESUMO

Este artigo busca compreender as experiências de quatro mulheres negras a partir de suas narrativas acerca do processo de construção e afirmação da identidade negra entre a década de 1980 ao tempo presente na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O estudo insere-se nos domínios da História das Mulheres e Pós-Abolição, sob uma perspectiva da História Social e Cultural. Do ponto de vista metodológico, utilizamos a História Oral como procedimento para realização de entrevistas. Visto que a pesquisa ainda se encontra em andamento, nas conclusões parciais, percebe-se que a afirmação da identidade negra constitui uma reação as estruturas de opressão, onde mulheres negras forjam uma identidade negra em um corpo político de resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; identidade negra; raça.

### ABSTRACT

This article seeks to understand the experiences of four black women based on their narratives about the process of constructing and asserting their black identity from the 1980s to the present time in the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul. The study is situated within the domains of Women's History and Post-Abolition, from a perspective of Social and Cultural History. From a methodological standpoint, we employed Oral History as the procedure for conducting interviews. As the research is still ongoing, in the partial conclusions, it is observed that the assertion of black identity constitutes a reaction to structures of oppression, wherein black women forge a black identity within a political context.

**KEYWORDS:** women; black identity; race.

### EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

### EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

**SUBMETIDO:** 28/07/2023

**ACEITO:** 18/12/2023

### COMO CITAR:

SILVA, J. A. No centro da narrativa, mulheres negras agenciando a existência da identidade negra ao sul do Sul no pós-Abolição. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 483-498, dez.-mar., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social (UFRGS); Pedagoga (UEPA); Educadora formadora na área de Educação para as Relações Étnico-Raciais e aplicação da Lei 10.639/2003. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7299-4743>. E-mail: [jacyaguiars2@gmail.com](mailto:jacyaguiars2@gmail.com)

**A** bordar a presença e existência de mulheres negras na história e no Rio Grande do Sul, um estado imaginado, no senso comum, como a Europa brasileira, é um exercício de reparação histórica. Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 27), destaca que “a consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum”, alertando para os perigos de abordar uma narrativa a partir de um ponto de vista exclusivo e dominante.

Pretendemos, com este trabalho, refletir sobre as narrativas<sup>2</sup> de quatro mulheres negras, gaúchas, professoras, cisgênero, com faixa etária entre 38 e 60 anos de idade, residentes na cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, acerca de seus processos de constituição da identidade negra. Percorrendo a problemática em torno das categorias interseccionais de gênero e raça, interroga-se se é possível identificar, por meio de suas narrativas, como as relações raciais estão estritamente ligadas à posituação ou negação da identidade negra. Diante disso, nosso objetivo é compreender as experiências dessas mulheres no processo de afirmação e posituação da identidade negra, tomando como recorte temporal a década de 1980 ao tempo presente, conforme reivindicado em suas entrevistas ao narrar suas experiências.

Adotamos a concepção de mulheres negras ao sul do Sul, a partir das proposições defendidas pelas historiadoras Fernanda Oliveria e Priscila Nunes (2019), ao destacar que essas estruturas onde “as intersecções de gênero e espaço estruturam-se mediadas pela raça” (OLIVERIA, NUNES, 2019, p. 454) ganham novos contornos epistemológicos. De maneira que afirmar a existência de mulheres negras ao sul do Sul é fundamental para evidenciar a presença, o protagonismo e a história de mulheres negras no Sul Global e, sobretudo, no estado do Rio Grande do Sul, rompendo com a invisibilidade histórica da população negra nessa territorialidade.

Segundo Oliveira e Nunes (2019), no Rio Grande do Sul, a histórica invisibilização negra é um projeto construído em torno do mito da identidade oficial gaúcha, que insiste em afirmar que a formação do estado ocorreu a partir de descendentes germânicos, italianos e açorianos, ocultando os descendentes dos povos africanos e indígenas.

Um não-lugar não somente por dados quantitativos da presença de negras e negros no estado, mas pelo processo de invisibilidade que o mito da ausência de negros no Rio Grande do Sul provoca em toda a população. Nesta territorialidade vivemos um duplo mito contraditório: da democracia racial brasileira e da ausência de negras/os no estado. (OLIVEIRA, NUNES, 2019, p. 455, 456)

Essa mesma relação é destacada por Grada Kilomba ao problematizar as relações raciais através das políticas espaciais, que se estabelecem sob a lógica racista. De acordo com a autora, as “fantasias dominantes da ‘raça’ e territorialidade” atuam no imaginário de “qual ‘raça’ é imaginada dentro de

<sup>2</sup> Adotamos nomes fictícios para as entrevistadas. As entrevistas foram concedidas nos meses de fevereiro, junho e julho de 2022, na cidade de Santa Maria/RS.

fronteiras nacionais específicas e nacionalidade em termos de “raça” (KILOMBA, 2019, p. 111, 112). Essas narrativas são, antes de tudo, excludentes e racistas, pois perpetuam a ideia de quem são os indivíduos que pertencem e não pertencem a um lugar. Entender essas políticas espaciais é fundamental para identificar como as mulheres negras, sujeitas dessa pesquisa, afirmam constantemente em suas falas que “têm negros no Sul” ao construir suas narrativas, tomando como fio condutor a noção de raça.

Para coleta das entrevistas utilizamos a abordagem da História Oral. De acordo com Alessandro Portelli (1997), no processo de construção da História Oral, a memória é compreendida como um processo ativo, que recorre aos sentidos do passado para narrar o presente. Assim, justificamos o recorte temporal, onde as mulheres recorreram às experiências do passado para narrar suas compreensões no tempo presente sobre ser mulher negra. Conforme destaca Portelli (1997, p. 33),

A memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas.

Em conformidade, Edinélia Maria Oliveira Souza (2013) aborda que a História Oral é um meio de identificar as relações sociais, sobrepostas entre evidências e subjetividades, além de colaborar para indicar o pertencimento a “espaços/tempos vinculados a uma realidade histórico-social em permanente transformação e reconfiguração”(SOUZA, 2013, p. 56). Assim, na construção de narrativas das mulheres entrevistadas, foi possível observar as negociações de sentidos, silêncios, esquecimentos e ressignificações de memórias socialmente vivas na vida de mulheres negras entrevistadas, cujas histórias são individuais, mas também coletivas.

Além disso, para esse estudo, as contribuições do historiador Edward Palmer Thompson (1998) são fundamentais para pensar a noção de *experiência* e situar as mulheres negras enquanto sujeitos históricos, sobretudo no que se refere às pessoas comuns, cuja existência foi historicamente ignorada, tendo em vista que “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua Cultura [...]”(THOMPSON, 1987, p. 182). As contribuições de Thompson são fundamentais para pensar a compreensão em ser mulher e negra a partir da *história vista de baixo* na historiografia, centrada na agência dos sujeitos comuns, bem como para observar as visões, o protagonismo e as experiências de agentes históricos invisibilizados e silenciados da historiografia oficial.

## HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS MOLDANDO A TEORIA SOCIAL

No Brasil, a História das Mulheres tem crescido exponencialmente nas últimas décadas. Publicações importantes, como *História das mulheres no Brasil* (2004) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (2013), apresentam estudos realizados a partir de diversas fontes, as quais localizam as mulheres em diferentes temporalidades, seus papéis desenvolvidos, bem como as tensões e contradições entre elas e seu tempo. Na percepção de Michelle Perrot (2005), os estudos da História das Mulheres rompe com o apagamento das mulheres ao longo da escrita historiográfica de modo que essa virada epistemológica “está vinculada estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas (PERROT, 2005, p. 9). Além disso, Perrot chama atenção para o fato de que as análises que colocam mulheres como agentes históricos consistem em questionar e contrapor as estruturas universalizantes, desconstruindo o paradigma da ausência das mulheres na historiografia, perpetuado pelo olhar branco e masculino do Norte Global.

Já Mary Del Priore (2004, p. 7) defende que o avanço no campo da História das mulheres evidencia que “a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”. No entanto, se fizermos um recorte de raça, veremos que na história das mulheres, os silêncios percorrem diversas temporalidades, não por ausência de fontes ou memórias, mas por um apagamento ideológico.

Portanto, para tensionar uma História das Mulheres Negras neste estudo, fizemos um diálogo com o campo do pós-Abolição, a partir da metade do século XX, onde o foco recai sobre análises concentradas na agência e protagonismo de sujeitos e sujeitas, negros e negras, na luta e conquista de cidadania. À vista disto, Petrônio Domingues (2007) também compartilha essas inquietações. Para o autor, embora seja possível constatar nas últimas décadas do século XX o avanço dos estudos no campo da História Social das Mulheres, com a ampliação de fontes, análises e problemáticas, além da inclusão de outras categorias sociais, como é o caso do *gênero*, é possível perceber lacunas quanto à história de mulheres negras, sobretudo no pós-Abolição.

A história da mulher negra no Brasil ainda não foi devidamente contada. Se a historiografia já se ocupou, razoavelmente, da temática da mulher negra na época da escravidão, o mesmo não se pode afirmar para a época do pós-Abolição. Com a questão da resistência negra, o fenômeno se repete. Se já existem pesquisas que exploraram a participação da mulher negra nos movimentos de resistência no período da escravidão, o mesmo não se pode dizer para o período do pós-Abolição. Como a mulher negra participou da luta anti-racista nesse período? Trata-se de uma lacuna que precisa ser preenchida. (DOMINGUES, 2007, p. 347)

Além disso, as problematizações das relações de gênero e raça o período escravista construíram a imagem das mulheres negras estritamente vinculadas ao papel de escravas, mucamas, amas de leite e, nas primeiras décadas seguintes à abolição, predominou a estigmatização e erotização do corpo da mulher negra, seguida pela empregada doméstica. Esses estereótipos convocam a reflexão acerca dos problemas do pós-Abolição na construção da identidade das mulheres negras (GONZALEZ, 2021).

A relação entre a historiografia das mulheres e as ações do movimento de mulheres negras foi essencial para colocar em evidência como as intersecções das categorias sociais operam e moldam as vivências de mulheres atravessadas pelo gênero, raça e classe. Nesse sentido, a compreensão de que as mulheres negras são tanto sujeitas históricas, como agentes de conhecimentos, cujas contribuições têm moldado a teoria social. Conforme defende Giovana Xavier (2019), as mulheres negras podem contar suas trajetórias na primeira pessoa; por sua vez, bell hooks<sup>3</sup> (1989) aponta a construção de uma epistemologia negra na qual as mulheres negras, enquanto sujeitos, “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p. 42). Os relatos subjetivos, a autopercepção de si e as narrativas biográficas que descortinam uma história de mulheres negras silenciadas pelos processos e projeto colonial. De forma que, no movimento de mulheres negras, a narrativa do vivido e sentido constituiu um movimento importante em desvencilhar a ideia de “objeto”, tornando-as sujeitas históricas.

De acordo com Patricia Hill Collins (2019), o pensamento social crítico de mulheres negras se constituiu através do movimento de mulheres negras que contrariou os processos de supressão das ideias e desenvolveu mecanismos individuais e coletivos no combate às opressões interseccionais. De forma que “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados da teoria social crítica das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.42). Portanto, as experiências subjetivas individuais e coletivas produzem significados e são base para a construção do pensamento social crítico de mulheres negras.

Segundo Collins, a dialética da opressão e do ativismo gera a supressão das ideias que constitui a política do pensamento negro. Portanto, as mulheres negras, ao desafiarem os paradigmas interseccionais, construíram para si uma afirmação a existência de seus corpos e saberes

---

<sup>3</sup> bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins, foi uma escritora, professora de linguística e intelectual negra estadunidense. A autora assina seu nome *bell hooks* em letras minúsculas, em homenagem à avó, Bell Blair Hooks. A decisão de utilizar letras minúsculas não é apenas uma questão de convenção gramatical, mas uma afirmação de sua posição política e acadêmica, a autora defende que o valor de suas ideias, seu trabalho intelectual, deve ser destacado em detrimento de sua identidade pessoal. Embora a língua portuguesa não utiliza letras minúsculas para escrever nomes próprios na norma culta da língua escrita, neste trabalho será respeitado o posicionamento e o desejo de bell hooks.

“não mais objetos passivos de conhecimento, manipulados nos processos de validação do conhecimento predominante, tínhamos como objetivo falar por nós mesmas” (COLLINS, 2019, p. 425). Dessa forma, a interseccionalidade é mobilizada a fim de identificar e analisar como as intersecções de opressões e dominações moldam as experiências de mulheres negras em suas relações sociais. Carla Akotirene (2019), explicita que a interseccionalidade atua como instrumento teórico-metodológico de relevância social e histórica, capaz de evidenciar e propor análises de como as relações de opressões e suas dinâmicas atuam de forma individual e coletiva nas experiências.

Avessa ao padrão de produção intelectual ocidental, a historiadora negra Beatriz Nascimento (2021) nos apresenta um pensamento feminino negro a partir da História. Por meio de articulações coletivas, Nascimento e outras intelectuais, a exemplo de Lélia Gonzalez, foram importantes para questionar as condições das mulheres negras na sociedade brasileira.

Assim, no fim da década de 1970, as mobilizações antirracistas protagonizadas por mulheres negras culminaram na formação e fortalecimento do movimento e pensamento contemporâneo de mulheres negras. Os desdobramentos refletiam a realidade da desigualdade na sociedade. Além do mais, essas reivindicações denunciavam o cruzamento das categorias sociais como opressões interseccionais que as alcançavam, com as marcas vivas da herança escravista, nos séculos subsequentes e no presente. As mulheres negras empreenderam lutas em prol de uma política de empoderamento e justiça social. Com a raça em evidência, buscaram contrapor a perspectiva de gênero como central na luta contra as opressões de mulheres (CARNEIRO, 2003; COLLINS, 2019; hooks, 2019).

As críticas da historiadora Beatriz Nascimento foram cruciais para mobilizar a categoria racial e principalmente resgatar a História do povo negro. Não diferente, Carneiro (2003), também alertava o movimento feminista e suas produções. Ao forjar o conceito de *enegrecer* o feminismo, politizou e colocou em evidência a *raça* nas discussões que constituem as reivindicações do movimento de mulheres, até então, majoritariamente formado por mulheres brancas de classe média. Dessa maneira, ao debater as questões de raça, a autora afirmava a necessidade de uma agenda que pudesse incluir as experiências e especificidades da mulher negra, já que os silêncios que recaíam sobre as formas de opressões, como é o caso do racismo, tornavam-se uma questão emergente para as mulheres atravessadas pelas experiências raciais, o que não era possível, dentro de um movimento formado exclusivamente a partir do gênero. Carneiro nos chama atenção para refletir que:

O feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (2003, p.118)

Nesse contexto, enegrecer buscou superar a ausência de mulheres negras no movimento feminista. Assim, “enegrecer o feminismo” implicava reconhecer as experiências das mulheres a partir de uma perspectiva racializada. Mas também, incluir propostas políticas e práticas feministas capazes de contemplar as demandas reivindicadas por mulheres negras. Além de Carneiro, Gonzalez (1984) pontuava a construção de um movimento localizado. Um movimento de mulheres que pudesse olhar para as mulheres negras na Diáspora africana e percebê-las como referenciais para construção de um conhecimento teórico.

Obviamente, as mulheres negras e não-negras estabeleceram relações construtivas, sobretudo na luta contra o sexismo. No entanto, é fundamental atentarmos para a preocupação com as especificidades da mulher negra na definição de uma identidade política capaz de incluir outras categorias, como é o caso da raça.

Ao avançarmos para o século XXI, percebemos que as relações interseccionais continuam ostensivamente presentes nas experiências das mulheres negras, como nos mostra a nossa entrevistada: “*Eu sou uma mulher negra e outra mulher não passaria e nunca resistiria também ao que eu resisti*” (MARIA, 2022). Suas falas indicam como as relações de raça e gênero produzem sentidos diferentes nas experiências das mulheres, ajudando-nos a compreender o lugar plural da mulher atravessada pela raça. As falas de Maria se fundem com o que González (1984, p. 224) chamava atenção “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”.

Portanto, as lutas e organizações empreendidas por mulheres negras na segunda metade do século XX constituíram além de um projeto de resistência contra as opressões, uma teoria social capaz de mobilizar conceitos para analisar as experiências das mulheres através das relações raciais, mulheres que ocuparam a cena pública forjaram mecanismos de existência e constituíram identidades coletivas e políticas, que até então eram demarcadas majoritariamente pelo gênero.

## **NO CENTRO DA NARRATIVA, MULHERES E SEUS PROCESSOS EM TORNAR-SE NEGRA**

Partimos da ideia de *tornar-se negra*, para discutirmos a *identidade negra* como um processo construído ao longo das trajetórias de nossas protagonistas. Essa constituição é compreendida no plano simbólico, acionado nas memórias dessas mulheres ao criar e recriar sentidos e significados de se ver, sentir e assumir um corpo atravessado pela racialização, que ultrapassa as fronteiras da cor da pele, alcança essas mulheres como sujeitos políticos.

Dessa forma, partimos em busca das narrativas por meio do pertencimento racial, para compreender a construção da identidade racial, tendo em vista que o processos de branqueamento

atrelado aos estereótipos negativos historicamente atribuídos às mulheres negras operam como uma construção de negação da identidade negra sobretudo no contexto Sul-rio-grandense.

Para isso, mobilizamos a noção de raça, a partir da racialização sob uma perspectiva histórica. Conforme analisa Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (2009), a ideia de raça desempenhou um papel crucial na formação das hierarquias sociais. Mesmo que não fossem explicitamente reconhecidos, os critérios raciais foram utilizados na elaboração da cena pública, especialmente durante a reorganização da sociedade para a constituição da cidadania negra no pós-Abolição. Como resultado, foram concedidos lugares sociais distintos para as pessoas de cor, estruturando assim as desigualdades raciais como um sutil jogo de demarcação de lugares e preservação dos privilégios sociais. Contudo, os sujeitos negros acionaram mecanismos baseados na agência negra para perceber em diferentes contexto a compreensão e a ressignificação da identidade negra no processo de racialização.

Assim, Albuquerque (2009) chama a atenção para a necessidade de compreender a articulação entre as relações raciais e a racialização na perspectiva histórica enfatizando ainda que atribuir historicidade à ideia de raça pode “exprimi um discurso sempre em construção e à mercê das circunstância de cada tempo e lugar” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35). Dessa maneira, a ideia de racialização sob uma perspectiva histórica é um conceito construído socialmente de acordo com o contexto e período.

A construção de identidade negra, para Nilma Lino Gomes (2020), é parte de um processo de afirmação positiva da raça, faz parte de táticas adotadas para o enfrentamento ao racismo e das variadas formas de estereotipação do negro. A autora constata que práticas racistas e a discriminação racial têm seu início na infância, o que faz com que a negação da identidade negra seja experimentado ainda quando crianças.

Para Stuart Hall (2007), a identidade é compreendida como um processo social e histórico, no qual as pessoas constroem suas próprias representações de si mesmas, a partir das experiências vividas e das relações sociais estabelecidas. A noção de identidade do sujeito pós-moderno de Hall, é construída sob uma perspectiva histórica, dinâmica e mutável, em constante construção e reconstrução. Por essa razão, os sujeitos constroem narrativas sobre si mesmos e sobre o mundo em que vivem. Essas narrativas são influenciadas por experiências vividas e pelas relações sociais.

Utilizo o termo ‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 2000, p. 112)

No caso de nossas depoentes, isso pode ser percebido à medida que elas narram suas experiências em assumir uma identidade negra de autoafirmação e enfrentamento ao racismo nos espaços de trabalhos, no associativismo e nos percursos formativos. Desse modo, ao longo das entrevistas, as narrativas eram tecidas pela perspectiva racial, como centralidade de suas memórias.

Michael Pollak (1992) argumenta que a memória individual está conectada às percepções produzidas pela memória coletiva a partir das referências e do pertencimento com o grupo social, que ao mesmo tempo estabelece pontos de convergência, também se forma no âmbito particular. Pollak aponta que entre os elementos constitutivos da memória e da identidade social, embora rememorados individualmente, estabelecem relação direta com o coletivo.

Nossa primeira entrevistada, Ana, explica como foi se reconhecer como uma mulher negra, aos vinte e quatro anos de idade, quando ingressou na Universidade.

Eu precisei ir para a Universidade para conseguir soltar o meu cabelo. Hoje, eu tô com ele de coque, assim, né? Porque tá muito calor aqui, mas tipo assim, eu nunca usei meu cabelo solto antes de ir para a Universidade, porque era feio, porque era aí... Era apertado. Então, assim, aquilo ali era sempre apertado, sempre... Sabe? Então, tipo assim, aquilo era uma consciência que eu desenvolvi dentro da Universidade, que é a aceitação da pessoa que tu és, entende? Só que isso tu tem que tá dentro de um coletivo, pra que isso aconteça. E não é que a minha mãe não conversasse com a gente sobre isso. (Voz embargada de choro)

(Pausa)

(Olhos em lágrimas e voz embargada de choro) Mas, a minha mãe com a ideia a branca também, então era muito de amarrar, de trançar, de alisar, de cortar, entendeu? Não sei, mas tipo assim, como eu te falei, é uma consciência que o próprio sistema, que nem eu te falei, que o próprio sistema vai fazendo a gente, vai moldando, vai... tipo assim, teu cabelo é feio, teu corpo é feio, a tua pele é feia, a tua cor é feia, entendeu? (ANA, 2022).

Ao narrar seu processo de aceitação e afirmação revela nunca ter deixado os cabelos soltos, embora costumeiramente realizasse tranças ou outros penteados que de alguma forma deixariam “escondidos”. Gomes explica que no processo identitário, o cabelo em si nunca foi problema, mas o racismo atribui significados negativos, uma vez que “o cabelo crespo figura como um importante símbolo da presença africana e negra” (GOMES, 2020, p. 18). Dessa maneira, o racismo confere ao cabelo da criança negra e posteriormente à mulher, lugar de inferioridade nos padrões estéticos construídos pelo racismo. Assim, o cabelo foi um demarcador de negritude, qual percebeu seu processo de autodefinição e reafirmação de sua identidade negra.

Ainda segundo Gomes, historicamente as experiências da mulher negra em relação ao cabelo começam ainda na infância, quando meninas são submetidas aos rituais de manipulação do cabelo, como uma forma de escondê-lo ou mesmo de rejeitá-lo:

Mesmo que reconheçamos que a manipulação do cabelo seja uma técnica corporal e um comportamento social presente nas diversas culturas, já vimos que para o negro, e mais especificamente o negro brasileiro, esse processo não se dá sem conflito. Esses embates, como já vimos, podem expressar sentimentos de rejeição, aceitação, resignificação e até mesmo de negação de pertencimento étnico/racial. As múltiplas representações construídas

sobre o cabelo do negro no contexto de uma sociedade racista influenciam o comportamento individual. (GOMES, 2020, p. 202)

Assim, a corporeidade partindo do cabelo se articula diretamente com os processos emancipatórios e libertador, nos informa ainda sobre a dominação dos corpos negros em sua coletividade. Uma vez que o corpo negro não se separa do sujeito, desse modo, a regulação e emancipação estão diretamente ligadas aos processos, vivências e saberes produzidos coletivamente, “a identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual” (GOMES, 2020, p.95).

Nessa perspectiva, Collins (2019) aponta que os padrões dominantes de beleza, em particular os que operam a partir da cor da pele, textura do cabelo e as características faciais são casos simples que evidência como as imagens de controle são utilizadas para depreciar as mulheres negras. Essas imagens são sustentadas pelo padrão dominante de opressões interseccionais considerado “belo” e “bonito” - mulheres brancas, loiras e olhos azuis e nesse padrão estético de beleza as mulheres negras não fazem parte.

Os paradigmas interseccionais de dominação inserem as mulheres negras na posição do *Outro*, que atribui a si todas as características negativas e inferiores. Nesse sentido, as negociações que separam as mulheres negras da própria imagem interna, cultural e histórica, só podem ser ressignificadas através da *autodefinição*, pois cria condições para que raça, gênero e sexualidade, por exemplo, contribuam para a valorização da beleza negra e isto pode ser fortalecido em coletivo (COLLINS, 2019). Como nas falas de Ana; “Então, eu aprendi muito sobre isso, tipo assim, sobre se gostar, sobre aceitação, aceitação do negro, sobre estereótipos, sobre todas essas coisas que eu tô conversando contigo, eu aprendi na universidade”.

O espaço universitário também foi um dos lugares de memória que Ruth reivindica para descrever seu processo de se perceber como mulher negra.

Ruth: Eu comecei a me enxergar como mulher negra, quando eu ingressei na Universidade Federal de Santa Maria, bem dizer...

Entrevistadora: Quando foi? Em que ano?

Ruth: No curso de Educação Especial, 1996. E eu ingressei aí. Bem... Como te disse, aí é outro universo que se abre, porque aí tu diz: “Sim, tá, mas eu não sou a única negra”. E aí tu aprende outras coisas, e aí tu começa a se perceber que... Eu tive colegas negros, que estavam juntos.

Entrevistadora: Tinha muitos colegas negros?

Ruth: Tinha assim, na época... Eu tinha... tinha... Eu tinha quatro colegas negros. E, dois, os pais eram integrantes do Movimento Negro. E, aí a gente às vezes fazia a janta e ela [mãe de um dos colegas] falava das coisas assim, entendeu? E, a gente ficava, sabe? Eu digo “Tá, mas eu sou”. Aí eu comecei a me perceber.

[..] Mas, assim, a gente tinha... a gente conseguia se constituir como tal. E, aí eu disse: “Tá, então eu sou, eu sou uma mulher, sou negra”, que sabe que, como é que se diz? Eu consigo me valorizar.

As narrativas indicam como as redes formadas por mulheres negras em diversos espaços, neste caso, a universidade, são lugares de construção e ressignificação, potencializando e

empoderando a identidade negra. Essas redes se fortalecem através do compartilhamento de saberes, vivências e lutas. Através de várias mobilizações, seja por meio do acolhimento ou pela denúncia do racismo no ambiente acadêmico, essas mulheres buscam se fortalecerem coletivamente.

Para hooks (2017, p. 103) a construção de redes negras nos diversos espaços são formas potentes da comunidade negra se fortalecer: “sou grata às mulheres e homens que ousam criar teoria a partir da dor e da luta, que expõe corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador!”. Nesse caso, hooks, aponta que a construção de uma comunidade pedagógica tem como premissa a prática do diálogo como meio para cruzar as fronteiras e barreiras da opressão e mostrar que a solidariedade é poderosa entre mulheres negras. Isso fica evidente nas memórias de nossas interlocutoras ao narrarem a importância das organizações negras no ambiente acadêmico na constituição da posituação da identidade negra.

Já a experiência de Maria, nossa terceira entrevistada, ocorreu em outro espaço. Ao ser questionada sobre seu processo de reconhecer-se enquanto mulher negra, Maria, explica: “Com certeza, eu nunca deixei de saber que eu passava por algumas situações justamente porque sou uma mulher negra”. Aspectos que diferencia das falas demais entrevistadas. Maria cresceu nos espaços de sociabilidades negras na cidade de Santa Maria. Sua família juntamente com outras famílias negras comungavam de festividades de valorização da raça da negra.

Maria: No treze de Maio, era nossa adolescência ali, era muito bom (Risos)

Entrevistadora: Que eventos e atividades aconteciam no Treze? Também tinha o União Familiar, né? Você frequentava o Treze de maio e o União familiar?

Maria: Eu frequentava mais o Treze, poucas vezes eu fui no União Familiar. Lá tinha essas rodas de samba, esses concursos. Que não era só no Treze, que se dividia, era ali no Parque Itaimbé, eram concursos que tinham ali, ou nas escolas de Samba, na Vila Brasil.

De acordo com Franciele Rocha de Oliveira, a cidade de Santa Maria foi um reduto da comunidade negra no pós-Abolição marcado por diversas formas organizativas adotadas por famílias negras como mecanismo de inserção na sociedade, principalmente por sobrevivência. As famílias estabeleciam redes de sociabilidade com “finalidades múltiplas, por exemplo, espaços de vivência familiar, de celebração independente e festiva da identidade, liberdade e integração social do povo negro” (ROCHA, 2016, p. 15).

De acordo com Giane Vargas Escobar (2010), as organizações locais, criadas por pessoas brancas, vetavam a entrada e participação de pessoas negras de suas atividades recreativas e sociais. Por essa razão, homens negros decidiram construir um espaço próprio. O Treze de Maio, relatado por Maria, foi um importante Clube Social Negro fundado em maio de 1903 em Santa Maria, inicialmente chamado Sociedade Treze de Maria, o local foi criado com objetivo de comemorar a

abolição da escravidão. Para além de um local de sociabilidade e afirmação da identidade negra, os sujeitos da Sociedade Treze de Maio que permaneceu em atividades até as últimas décadas, por volta de 1980 buscavam participar e inserir-se na sociedade santamariense em meio às transformações da virada do século XX, tomando novos contornos no século XXI, com atividades museológicas.

Para Maria, esse espaço desempenhou um papel importante na construção e afirmação de sua identidade enquanto mulher negra. No clube, havia um ambiente de convivência e lazer onde podiam se expressar livremente e fortalecer-se mutuamente, mas era naquele espaço que aprendiam os códigos de conduta vigentes da sociedade santamariense naquele período, que deviam ser seguidos pelos cidadãos negros. Além disso, ela explica que era no Treze de Maio que as famílias ampliavam suas formas de resistência. Seu conhecimento sobre a história negra foi adquirido naquele espaço.

Para Fernanda Oliveira da Silva (2011), as associações negras, especialmente os clubes sociais negros, foram lugares de constituição de uma identidade negra, através de atividades que colocavam em evidência a identidade racial. Essa rede associativa foi importante para a integração social e cultural de homens e mulheres negros em uma sociedade que os discriminava.

Nossa quarta entrevistada, Helena, explica que sua percepção enquanto uma mulher negra se deu no espaço profissional.

Helena: É, eu acho que eu...Como é que eu vou te dizer, assim. Eu não tinha muito essa percepção até que eu fui trabalhar na Secretária de Educação daqui de Santa Maria, eu era única negra. [...]. Então, assim, ao longo que eu fiquei ali, eu fiquei oito anos trabalhando, eu percebia em algumas coisas, assim, que...Eu era diferente. Como é que eu vou te dizer? Algumas situações, assim tu percebe, né? Tu percebe o racismo, né? O que eu nunca pensei assim: “Ai meu Deus!” Como é que eu vou te dizer? [...] Até me emociono (Pausa e choro). Aí tem coisas que tu percebia, mas eu não tinha uma reação, entendeu?  
Entrevistadora: Entendi.  
Helena: (fala e choro) E, isso hoje eu percebo e fico me culpando, sabe?

Os silêncios ou mesmo as palavras não-ditas nas falas de Helena explicitam uma série de elementos sobre como o processo de tornar-se negra ocorreu de forma solitária. O racismo, como ela conhece hoje, não era percebido em seu trabalho. Ao longo da entrevista, as pausas e a não-verbalização de palavras evidenciavam outras formas de transmitir que algumas situações a fizeram questionar suas vivências e o que a diferenciava dos colegas de trabalho.

De acordo com Neusa Santos (1983), tornar-se negra é resgatar uma identidade negra suprimida pelos projetos coloniais de desumanização dos corpos negros e do projeto político-ideológico da democracia racial. Para além da *cor da pele*, tornar-se negra é processo de autoafirmação, recuperando a identidade suprimida pelos aparatos coloniais. Portanto, problematizar como as mulheres negras são enquadradas em estereótipos envolve olhar para a manutenção das hierarquias sociais a partir das objetificações do negro como inferiores nos aspectos culturais, sociais e históricos.

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades. [...] Ser negro não é uma condição dada, priori. É um vir a ser. Ser negro é torna-se negro. (SANTOS, 1983, p. 77 e 78)

Nas falas de Gonzalez “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista” (GONZALEZ, 2021, p. 234). Segundo Gomes (2017), o racismo, assim como as inúmeras formas de discriminação, atuam na sociedade para desumanizar os sujeitos, por isso, criar estratégias, novos enunciados e presença faz parte de um projeto de libertação e resistência coletiva da população negra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressignificar essa identidade negra é essencial na luta contra as opressões interseccionais cujo objetivo é desconstruir os estereótipos e imagens de controle atribuídas às mulheres negras. As relações de autoafirmação da identidade e empoderamento faz parte de um processo individual e íntimo, mas no âmbito coletivo, cria sistemas de solidariedade e resistência entre as mulheres negras, sugere a construção de uma consciência coletiva específica.

Problematizar os estereótipos que recaem sobre mulheres negas na sociedade contemporânea é fundamental para a compreensão de que tornar-se negra vai além dos significados da cor. Compreende também assumir uma identidade que historicamente foi afetada por imagens de controle com objetivo de dominação. De modo que as imagens de controles são operacionalizadas a partir de uma lógica racista e sexista, desumanizando e controlando o corpo de mulheres negras. Além disso, essas imagens ganham contornos diversos a partir do contexto.

Embora os caminhos percorridos pelas mulheres no processo de tornar-se negras sejam singulares e diversos, podemos perceber semelhanças nas narrativas que as constituem mulheres negras no contexto do sul do Brasil. O processo de tornar-se negra está imbricado na autoafirmação da identidade negra, sobretudo as potencialidades de ser mulher negra em uma sociedade racista, também de enfatizar uma existência suprimida.

Ao longo das entrevistas foi possível perceber como as narrativas, a corporeidade a emoção constroem as memórias em torno do processo de tornar-se uma mulher negra, cujo processo envolve um movimento de um lado com a desconstrução e não aceitação do padrão construído pela branquitude e impostos como norma, por outro lado, a construção e processo de assumir uma identidade racial e política com novos significados.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução: Julia Romeu, 1ª ed. São Paulo: companhia das letras, 2019.
- ALVES, Jessica Santana de Assis. A interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a história das mulheres. *Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História*, v. 12, n. 2, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade / Carla Akotirene*. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).
- BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil – Movimento pós-Abolicionista no Contexto da Diáspora Africana. *In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890 -1980)*, São Paulo: Selo Negro, 2011, p.137 – 156.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 2003, p. 117-132.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira Usos e Abusos da história Oral (Org.)* 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 13, p.215-218.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v. 10. n. 1. p. 171-188. Florianópolis, 2002.
- DAVIS, Angela, 1994. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.28, jan-jun. de 2007, 345-374. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BxK3GdGdpbRe8XCygctTGcx/?lang=pt&format=pdf> Acesso em junho de 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. *A nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. (Dissertação) Mestrado. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. (Org) Flavia Rios; Márcia Lima. 1ª Ed. – Rio de Janeiro, editora Zahar.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Revista Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 21 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *cadernos pagu*, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade/ Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11. ed. - Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla, 2ª ed. - São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017, p.103.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos feministas*, nº2/95. vol.3. 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em junho de 2021.

KILOMBA, Grada. Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. 1942-1995. Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Org. Alex Ratts. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila Nunes. Pensamentos de mulheres negras ao sul do sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 453-477, 2019. Disponível: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/oliveira-pereira.pdf>. Acesso em junho 2022.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: *História das mulheres no Brasil* (Orgs) Mary Del Priore; Carla Bassanezi. 7ª ed. São Paulo, Contexto, 2004, p. 232-255.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Cadernos pagu (4) 1995: pp. 9-28.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann - 8ª ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.

PUREZA, Fernando Cauduro. Cruzando olhares: estabelecendo diálogos entre E.P. Thompson e Angela Davis. Revista Mundos do Trabalho. Florianópolis, vol.11, 2019, p.1-20. Disponível: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e67124>. Acesso em maio de 2022.

SOUZA, Edinélia Maria. História oral, memória campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. História Oral, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

XAVIER, Giovana. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 429-450, julho-dezembro de 2013. p. 435. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/MrcHJWxGCDZjwJjRvZPwvYR/abstract/?lang=pt> Acesso em 25 de maio de 2022.